

O VISCONDE DO BOTELHO E A SUA OBRA *

por
JOÃO SILVA DE SOUSA

1. Numa já secular tradição dos estudos históricos em Portugal, temos encontrado numerosos exemplos de homens que mais se votaram à feitura de Crónicas que de História. Pejada de descrições factuais, acha-se, com efeito, a memória de quantos têm vindo a aspirar por uma crítica social e dos poderes constituídos, por um alinhamento de princípios renovadores de normas de rumo que explicitem detalhes e elementos bastantes para qualquer edifício do amanhã.

Na senda do verdadeiro historiador, encontramos, entre alguns outros (poucos), o Engenheiro José Honorato Gago da Câmara de Medeiros, Visconde do Botelho, que visa, entre os seus objectivos primários, a análise das estruturas e das conjunturas. Não se propõe apenas revelar resultados; outrossim,

* Conferência proferida em Ponta Delgada, no Auditório da Universidade dos Açores, em 11 de Julho de 1980, na sessão solene de homenagem ao Visconde do Botelho, aquando da inauguração da sua biblioteca, legada à nossa Universidade, por disposição testamentária deste ilustre açoriano.

Desejamos manifestar o nosso reconhecimento e justo apreço à senhora Dr.ª D. Maria da Graça Chorão de Almeida Lima Correia, Directora dos Serviços de Documentação da nossa Universidade, ao senhor Prof. Doutor Artur Teodoro de Matos, Director do Departamento de História e Ciências Sociais da nossa Instituição e ao senhor Bruno de Vasconcelos, escritor e antigo bibliotecário do Visconde do Botelho, pelos esclarecimentos que, tão pronta e gentilmente, nos prestaram na elaboração deste estudo.

vai apresentando o trilhar do seu pensamento, com dúvidas e certezas, criando, então, um entusiasmo pelos difíceis passos que vão revelando importantes situações, cada vez mais curiosas.

Eis a sua grande fantasia: a História, tal como a concebe, vota-a ao desenvolvimento da realidade portuguesa porque crê nele, integrado na super-estrutura que é o mundo dos nossos dias. Mas a realidade — que não despreza e, por isso, tenta ultrapassá-la — impede-o, em muitos casos em que não pode senão apenas contar consigo próprio, de ir além do hipotético, do problemático.

Quem ler as suas Memórias — *Um Açoriano no Mundo* — aí terá a objectivação da sua verdade: o intento de «escapar à visão torturante de um futuro que se encolhe e se enruga como um velho pergaminho ...»¹.

¹ *Um Açoriano no Mundo*, vol. I, Ponta Delgada, 1977, p. 14.

Quem se detiver na análise dos seus artigos sobre o Atlantismo, descobrirá a Ciência que caracteriza a política internacional: «Ciência exigente, que requer o estudo do passado e do presente, numa actualização exaustiva e constante sobre o terreno, sempre movediço, das relações humanas à escala global»².

Os que se interessarem pela presença de Portugal na Organização Internacional do Trabalho (O.I.T.) sentirão que toda a «política social pressupõe um conjunto de iniciativas de inspiração pragmática, convergentes no sentido de se atingirem determinados objectivos fundamentais. Tal política precisa, contudo, de ter em conta as realidades de efectivação nos campos social, cultural e económico»³.

Ainda quantos preferirem debruçar-se sobre a situação da marinha mercante portuguesa frente às de outras nações, notará o autor sempre consciente de que, atendendo às «oscilações das conjunturas económica e política mundiais», haja a necessidade de, no nosso país, o profissionalismo substituir o amadorismo, a fábrica arrebatando o artesanato. Imperioso é, com efeito, para que o País mantenha a sua frota mercante, o estudo e a aplicação das medidas necessárias para compensar a protecção que os outros concedem às suas marinhas⁴.

² *Ob. cit.*, vol. II, Ponta Delgada, 1977, p. 50. Vejam-se do autor, *Quo Vadis Ocidente?*, Lisboa, Papelaria Fernandes, 1965; *Conceitos de Política Atlântica*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1968; *Economic exploitation of the Atlantic Ocean*, s. l., 1969; «Le denominateur commun», in *Le monde Atlantique*, s. l., s. n.º, s. mês, 1971, pp. 1-4; «Temas do Tratado do Atlântico Norte: o traço de união», in *Revista Militar*, Lisboa, s. n.º, s. mês, 1971, pp. 629-642; «Os Lusíadas» e o Pacto do Atlântico (Comunicação apresentada ao Centro de Estudos da Marinha em 7 de Junho de 1972), Lisboa, Centro de Estudos da Marinha, 1973; «A Rota do Cabo e o Pacto do Atlântico», in *Boletim da Junta Nacional da Marinha Mercante*, Lisboa, 82, s. mês, 1973, pp. 1-5; *O mar patrimonial dos Açores*, Ponta Delgada, Liv. Mondis, 1978.

³ *Um Açoriano no Mundo*, vol. I, p. 254.

⁴ Cf. *Companhia de Navegação «Carregadores Açorianos»* (Exposição feita à Assembleia Geral), Ponta Delgada, 1962. Vejam-se ainda do autor

Igualmente aqueles que se detenham sobre a política açoriana sentirão, nas páginas que o autor lhe dedica, uma imensa paixão⁵; com o prolongamento do Arquipélago por vastas zonas

c sobre o mesmo tema: «O problema da marinha mercante nacional», artigos publicados no *Jornal do Comércio e das Colónias*, Lisboa, *Jornal do Comércio e das Colónias*, 1934; «Duas aplicações das formas de querena Yourkevitch: os barcos de passageiros «Flecha» e «Zagaia» e o ferry-boat «Almadense», construídos em estaleiros nacionais», in *Revista da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses*, Lisboa, 721, s. mês, 1935, pp. 1-16; «A evolução dos transportes marítimos e a sua influência na economia nacional», in *Boletim da Associação Central da Agricultura Portuguesa*, Lisboa, s. n.º s. mês, 1935, pp. 9-23; *O problema da marinha mercante*, Lisboa, Of. Gráfica, 1939; *O transporte marítimo: contratos de transporte e de seguros marítimos*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1942; *Esboço de uma solução do problema da nossa marinha mercante e as ligações marítimas e aéreas entre os Açores e o Continente e inter-insulares*, Lisboa, Sociedade Industrial de Tipografia, 1944; «Perspectivas marítimas açorianas», in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, 64, Mar.-Abr., 1946, pp. 80-86; «A amortização do navio», in *Boletim da Junta Nacional da Marinha Mercante*, Lisboa, s. n.º, 3 de Setembro de 1946, pp. 21-38; «Como se deve encomendar um navio de carga», *ibid.*, Lisboa, s. n.º, s. mês, 1947, pp. 19-43; «Contratos de construção», *ibid.*, Lisboa, s. n.º, s. mês, pp. 1-22; «Compra e venda de navios usados», *ibid.*, Lisboa, s. n.º, s. mês, 1949, pp. 1-16; «Portos Marítimos», *ibid.*, Lisboa, s. n.º, 11 de Maio de 1949, pp. 25-38; «Reparações navais», in *Anuário dos Grémios dos Seguradores*, Lisboa, 1, s. mês, 1950, pp. 91-123; *Perspectivas marítimas portuguesas*, Lisboa, Tip. Empresa Nacional de Publicidade, 1953; *4 teses do II Congresso Nacional da Marinha Mercante: 1959* (Novas perspectivas marítimas portuguesas? Alguns aspectos fiscais e financeiros das empresas de navegação. Protecção estadual às linhas regulares. Uma academia da marinha), Lisboa, s. n.º, 1959; Prefácio a «Problemas de exploração portuária», in *Boletim da Junta Nacional da Marinha Mercante*, Lisboa, 44, s. mês, 1961, pp. III-XVIII; *Rumo a vante* (Comunicação feita, em nome do Conselho de Administração, à Assembleia Geral Ordinária da Companhia de Navegação «Carregadores Açorianos»), Ponta Delgada, Ofic. Tip. do Diário dos Açores, 1965; *Desafio na marinha do comércio. Política de transportes marítimos*, Lisboa, Gráfica Santelmo, 1969; «Marinha mercante mundial: breve noticiário», in *Neptuno*, Lisboa, 44 (214), Out.-Dez., 1969, pp. 39-45; «Reparação Naval: uma nova vocação portuguesa», in *Boletim da Junta Nacional da Marinha Mercante*, Lisboa, 80, s. mês, 1972, pp. 1-10.

⁵ *Um Açoriano no Mundo*, vol. I, p. 145.

do Mundo e o convite a S. Miguel de numerosas personalidades da cena internacional, ele fará descrever, nos outros Continentes, abundantes linhas sobre a paisagem açoriana, a efectividade e força do seu povo, a cultura e a arte da sua terra. São retalhos de uma época de particular interesse, em que a fidelidade conserva o pitoresco, a cor histórica e a dos locais dos acontecimentos — o seu regresso à Ilha Verde reserva-lhe tempo para meditação, para reviver anos já longínquos da sua meninice.

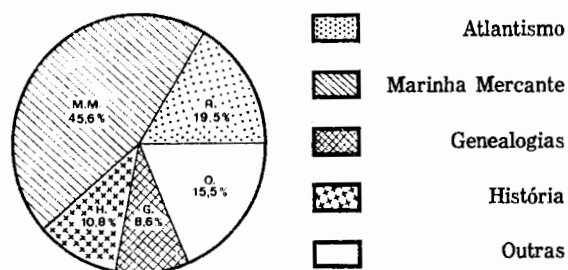
A História, de redacção desinteressada, é espelho da verdade. Resultante de análise documental, ela é contributo da grandeza da Pátria que não precisa de ser construída à custa de mentiras⁶.

Finalmente — e não é que não haja outros sectores de interesse que consigamos individualizar — podem os leitores debruçar-se sobre os livros de genealogias ou textos que com estas se relacionam⁷. Presente mais uma ousadia, desencadeada, desta vez, por uma forte devoção ao culto familiar. Iniciado o historial nobilitário de sua Casa em 1934, ele poderia parecer fazer frente a uma República ainda jovem, capaz

⁶ Vejam-se do autor: «Comunicações marítimas com os agregados portugueses do hemisfério ocidental», in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, 84, Jul.-Set., 1966, pp. 359-371; *Asas portuguesas em demanda do Cruzeiro do Sul*, Ponta Delgada, Instituto Cultural, 1972; «O Encoberto» nos *Jerónimos* (Comunicação apresentada ao Centro de Estudos da Marinha em 10 de Fevereiro de 1971), Lisboa, Centro de Estudos da Marinha, 1972; «O Encoberto» nos *Jerónimos*, Lisboa, Centro de Estudos da Marinha, 1972; *La route du Cap*, s. l., s. n.º, s. d.

⁷ Vejam-se do autor: *Subsídios para a história da família Gago da Câmara*, Lisboa, 1934; «Feitos do Capitão Ruy Gago da Câmara e de seus primos Capitão Pedro Gago da Câmara e Capitão de Mar e Guerra Inácio Gago da Câmara combatentes nas guerras da Restauração de Portugal relatados pelo Visconde do Botelho (oitavo neto de Ruy Gago da Câmara)», in *A Nobreza na Restauração de Portugal: documentação inédita de seus feitos*, vol. I, Lisboa, 1940, pp. 189-221; *Os Botelhos de Nossa Senhora da Vida*, Lisboa, ed. do Autor, 1957; *Encontro com as raízes: origens da família Curvello e do seu apelido*, Lisboa, 1978.

de interpretar a sua obra e o uso do seu título de nobreza como estigmas de saudosismo reaccionário.



Gráf. 1: Áreas temáticas (por número de publicações)

2. No seu texto fundamental, *Um Açoriano no Mundo*, o Visconde do Botelho revela-se católico praticante, monárquico-liberal, democrata, sem preconceitos anti-socialistas, vincadamente antitotalitário. Admira, respeitosamente, o socialismo dos países nórdicos e ocidentais mais desenvolvidos. Repudia acerrimamente ditaduras para-hitlerianas ou nazis e não admite o comunismo, senão como uma meta inatingível. Menos antipatizante se mostra já para com a civilização chinesa e não nos aponta acentuados preconceitos contra o maóismo que rejeita «a ideia de monolitismo internacionalista» e «entende que em cada nação socialista o regime deve prevalecer de per si»⁸. A *Imposição Marxista*, abolindo a propriedade privada, «para além dos principais meios de produção, que leva à concentração de todo o Poder [...] apenas num homem» é mais perniciosa que o Capitalismo. Ele associa este às «realizações do processo tecnológico» e deverá apenas sobreviver «se souber criar uma nova doutrina filosófica com impacto global [...] tanto nas populações dos países altamente industrializados como nas subdesenvolvidas»⁹.

⁸ *Um Açoriano no Mundo*, vol. I, p. 164.

⁹ *Ibid.*, vol. II, pp. 10-28.

Anseava por que a nação portuguesa fizesse com que as suas estruturas políticas obedecessem aos ditames das democracias ocidentais; por que, num clima de harmonia, se criassem as condições indispensáveis ao trabalho de todos. Eis tarefas imprescindíveis para se atingir o esquema de vida que o homem civilizado do século XX tem por objectivo alcançar, numa liberdade marcadamente cristã. Liberdade, outro ideal que o homem só atingirá «através de educação e da consciencialização para um justo equilíbrio dos autênticos valores morais com os seus próprios interesses, integrados num todo geral da comunidade a que pertence»¹⁰.

«O Homem não pode ter a liberdade de nada fazer»¹¹ — di-lo o Visconde; razão por que ele, uma vez participante em órgãos de apoio à política então vigente e do Aparelho de Estado, esgrima de baixo para cima, numa atitude de inconformismo com a inoperância e total improdutividade da União Nacional, a desvirtualização da Legião Portuguesa e a inércia da Câmara Corporativa que nunca ultrapassou uma estrutura marcadamente híbrida.

Contrariamente ao que afirma, a experiência parlamentar não o desliga, em definitivo, da política. Na realidade, verificamos que, como corporativista, sentiu que a estrutura dita corporativa do nosso Estado não correspondia às esperanças dos seus agremiados. Mas, como dirigente de empresas, teve de viver com os poderes constituídos, lutando ou conformando-se com as resoluções que definiam as suas normas de conduta profissional e as disposições que lhe apontavam os objectivos a atingir.

O princípio de que a melhor política está em a pessoa não envolver-se nela, traduzia-se também num comodismo contrário à sua personalidade. O atraso do país, neste domínio, em relação às nações mais desenvolvidas da Europa, levou-o a fazê-la, sem nunca ter sido um político, *ipso facto*.

¹⁰ *Ibid.*, vol. I, p. 371.

¹¹ *Ibid.*, vol. I, p. 371.

Interessado mais em aprender do que em participar, à Bélgica ficou a dever a moldagem do seu pensamento. Em França verificou a isenção com que os partidos agiam no sector externo e, assim, também achava que nada deveria sobrepôr-se ao interesse nacional.

Manifesta a sua discordância quanto à orientação básica da nossa política ultramarina, tal como quanto ao processo de descolonização *post* 25 de Abril. Sem renegar o passado há que construir-se o futuro, entendendo-se primaciais todos os problemas que envolvem o domínio económico, implícitos à vida que hoje levamos.

A evolução sócio-económica da Europa é uma certeza -- di-lo o Visconde. E continua afirmando que Portugal, no entanto, se mantém um país agrário, carecendo, num futuro próximo, valorizar-se a competência profissional, demonstrada durante a vida activa o que conduzirá a uma total independência.

Mas o problema principal do país não estava apenas na sua ruralidade. Ele via-se dirigido por um homem, rodeado pela inércia e incompreensão do Terreiro do Paço que dele fazia um chefe isolado, condenável pela apatia dos situacionistas, amigos do imobilismo, organizados em grupos indiferentes aos problemas insulares. Eis o que justifica a actuação dos representantes açorianos, a qual nunca pareceu autode-liberada.

O Povo açoriano não deve abjurar das suas raízes lusitanas, raciais e culturais. Gago de Medeiros entende, pelo contrário, deverem poder os ilhéus dispor, nas melhores condições, das suas próprias potencialidades. Esta, aliás, uma das feições de que deveria revestir-se a ideologia democrática da nação em geral, em que, além deste privilégio económico, cada um deve ter «o direito de expressar a sua própria opinião, de beneficiar do seu *habeas corpus*, de votar em plena liberdade de consciência sobre tudo quanto for consultado, de

escolher pacificamente os seus representantes políticos, determinantes da formação de uma maioria democrática»¹².

3. O seu testemunho, como notámos ao debruçarmo-nos sobre *Um Açoriano no Mundo*, precisou de certos recuos, de determinadas perspectivas. Deste modo, os seus relatos não parecem justificações nem ataques. São, como já dissemos, em suma, ideias que, com muitas certezas e também dúvidas, impregnadas de sabor patriótico, revelam o verdadeiro apego de um Açoriano a tudo quanto constitui a ancestral identidade de um povo, fiel às origens fundamentais portuguesas, à mensagem fraternal e pluriracial levada a povos desconhecidos e aos de expressão nacional, mas longínquos.

Quer como técnico de profissão liberal, quer como empresário, encarou os problemas da região e do país numa perspectiva mundial. Sete das suas obras versam o Atlantismo. Não se voltam apenas para o Pacto do Atlântico mas revolvem todas as matérias que concernem a viragem para Ocidente, a integração numa Europa que dependerá do Atlântico e com que este possa contar sem limites. São textos como *Quo Vadis Ocidente?*, *Conceitos de política atlântica* ou *O mar patrimonial dos Açores*. É o caso de *Conceitos de Política Atlântica* que lhe mereceu uma elogiosa e oportuna recensão no n.º 8-9 da *Brotéria*, de Agosto-Setembro de 1968¹³. Também da sua única fantasia, «*Os Lusíadas*» e *o Pacto do Atlântico* — um devaneio sim, mas sempre comunicando com plena actualidade.

Inserese este capítulo no âmbito do direito internacional. Tratou-o como reflexo de uma experiência que lhe devolveu um conceito específico mas amplo que nos parece envolver a própria existência de uma comunidade internacional que supera os limites da *Respublica Christiana*. Fáz-lo com a projecção da sua poderosa personalidade, nas contendas político-sociais, num devir caracterizado pela integração do espaço

¹² *Ibid.*, vol. II, pp. 16-17;

¹³ *Cf. Ob. cit.*, Lisboa, 1969, p. 256.

continental e açoriano, na conjuntura objectiva que é aquela comunidade. A sua doutrina estende-se a todas as camadas culturais, através da colaboração em jornais dos mais difundidos no país: o *Diário Popular* e o *Diário de Notícias*.

Fundamenta-a com uma prática vivida por si próprio e pela observação de membros participantes nas assembleias que se realizavam neste sector, no âmbito da O.I.T. e de outras organizações. Ante uma opção que preside aos diversos motivos abstractamente idóneos a determinar a conduta do homem, está a razão fundamental do Tratado do Atlântico Norte: a formação de um bloco que se oponha ao imperialismo soviético no mundo, realizado, em parte, através da expansão da ideologia comunista. A Europa é, assim, o centro das atenções.

Eugene Rostow apelidara o Visconde de «um europeu atlantista»¹⁴. Esta expressão justifica, com efeito, um alargamento do próprio conceito, no que respeita à inerente finalidade de o Oceano dar cobertura às linhas marítimas ocidentais ante o eventual avassalamento por parte da União Soviética. Deverá consequentemente e acima de tudo assegurar-se «o banimento do homem pelo homem e a fruição de um clima de paz mundial, no qual o espírito humano consiga dominar as considerações materiais»¹⁵ e anular-se o equilíbrio do terror. Uma completa eficiência da representação portuguesa junto das Organizações Internacionais não só permitirá a defesa dos nossos problemas como até a intervenção nos relativos a outros países.

Ao tema prendem-se comunicações suas sobre o Índico, dominado no século XX pelos russos. São *O Índico sob as Luzes da Ribalta*, *Nato and the Indian Ocean*, e um outro¹⁶. Este mar será o próximo teatro da confrontação global leste-oeste, ainda

¹⁴ *Um Açoriano no Mundo*, vol. II, p. 123.

¹⁵ *Ibid.*, vol. I, p. 241.

¹⁶ Sobre o Índico conta-se mais um título: *The Indian Ocean in the limelight*, Lisboa, Gráfica Santelmo, 1971.

no quadro da guerra-fria. Tudo o indica. Basta verificar o interesse que a União Soviética começou a manifestar pelos mares afro-asiáticos e perante os principais aspectos geo-económicos do Oceano, a falta de comércio marítimo, a par da presença naval daquele país de Leste.

Prende-se o comércio directamente com uma mais larga série de artigos sobre a marinha mercante. São vinte e um, escritos entre 1935 e 1972. Ante a desorganização que lavrava, neste sector, em Portugal, havia que aplicar e ampliar os ensinamentos técnicos, comerciais e humanos que o Visconde recolhe da sua actividade profissional. A marinha mercante e a construção naval, nos seus diversos aspectos; passaram a absorver o melhor da sua vida. Adquirindo boa prática em reparações e construções navais, conhecedor dos vários tipos de contratos, segundo os direitos inglês e nacional, de projectos e especificações, apólices seguradoras, esquemas de financiamentos, preconiza os géneros de embarcações que as empresas portuguesas precisam adquirir. Sistematiza também as particularidades e exigências que as linhas dos Açores, de África e do tráfego internacional careciam, na complexidade da era pós-tecnológica.

De trabalhos sobre a evolução dos transportes marítimos e sua influência na economia nacional e acerca das ligações aéreas e por mar entre os Açores e o Continente e inter-insulares, cria-se um esboço de uma solução do problema da nossa marinha mercante. Sobre o assunto, presta úteis informações, respeitantes ao modo de amortização do navio, da sua encomenda, de contratos de construção, da compra e venda de navios usados, reparações navais, condições técnicas de transacção, acessórios, mantimentos, depósitos de garantia, trazendo a lume o sistema utilizado pela velha Inglaterra. Sistema que tem sempre procurado enquadrar as transacções de navios usados em fórmulas que minoram os riscos das duas partes. Reunem-se, assim, sob certos princípios e moldes, as operações técnicas e comerciais que a transacção pode envolver. Pontualizam-se, sobretudo, os meios de eliminar a inter-

ferência dos especuladores pelo que o autor preconiza, semelhantemente, a abolição do intermediário que opera em detrimento do armador.

Culmina o seu estudo nas *Perspectivas Marítimas Portuguesas*. A actualização deste originou, em 1959, uma das quatro teses que o Visconde apresenta no II Congresso Nacional da Marinha Mercante. O seu último artigo sobre a matéria data de 1972 — é a *Reparação Naval: uma nova vocação portuguesa*. Obra didáctica, como tantas outras, revela os principais factores que devem ser apreciados para fundamento racional e inteligente de projectos de construção, num país com larga costa e dotado de condições adequadas e privilegiadas para o efeito. São, na generalidade, notas redigidas por um armador para armadores, numa marinha de recursos limitados, por tradição, «onde as pequenas economias representam muitas vezes os lucros»¹⁷.

Rumo a Vante?, eis o título da obra em que o autor localiza a posição do nosso país, de navegador isolado, solitário. O Governo não dá subsídios à sua navegação, não a protege com medidas, nem superficialmente discriminatórias. Ao invés, sobrecarrega de taxas as empresas de transporte como o faz com as de outra qualquer actividade.

Refere — para terminarmos — a situação da Companhia «Carregadores Açorianos»¹⁸. O seu objectivo, desde 1961, visa adaptar a sua organização à conjuntura actual de alta competição, romper com sistemas antiquados e rotineiros, procurando aumentar o volume das cargas e obter a diminuição das despesas por tonelada transportada. Procura ainda formar novos elementos aptos a responder às modernas exigências do comércio marítimo. Cria, enfim, as estruturas de uma empresa da nossa época.

¹⁷ Cf. «Como se deve encomendar um navio de carga», in *Boletim da Junta Nacional da Marinha Mercante*, Lisboa, 1947, pp. 42-43.

¹⁸ Vidé *Companhia de Navegação «Carregadores Açorianos»*, Ponta Delgada, 1962.

4. Se soube relacionar a história com a imaginação, fê-lo sem que uma destruísse a outra. Toda a obra tem implícita uma observação crítica dos acontecimentos, um recuo e um avanço históricos. Particularizamos *La Route du Cap, Comunicações marítimas com os agregados portugueses do hemisfério ocidental, Asas portuguesas em demanda do Cruzeiro do Sul* e «*O Encoberto*» nos *Jerónimos*.

A elaboração dos textos esteve certamente subjugada a determinados princípios cuja origem se explica por persistentes leituras de documentos históricos. Difícil não é assim proceder a quem desde cedo se sentiu atraído pelos estudos neste domínio. Os Açores e muito especialmente S. Miguel foram o centro das suas atenções. Esgotado quanto lhe foi possível encontrar no Arquipélago acerca do período da Dominação dos Filipes, decide, então, pesquisar em arquivos espanhóis e do Vaticano. Neste, veio a descobrir preciosos elementos para o esclarecimento da autenticidade dos restos mortais de D. Sebastião inumados nos *Jerónimos*, tema que explora, por duas vezes, no seu trabalho fundamental «*O Encoberto*» nos *Jerónimos*. Mais um contributo para a negação do definitivo desaparecimento de o Desejado, após a queda de Alcácer Quibir, lenda que o povo «transformou numa tradição irreflectida mas que era afinal a transparência do seu patriotismo»¹⁹.

Intimamente ligados à História, surgem os livros de nobreza, trabalho aturado do autor.

Numa época em que as genealogias pareciam ter decaído em Portugal, como sucedeu durante o Liberalismo, porque se traduziriam numa perda de autoridade política, o Visconde do Botelho, entre outros interessados, contribuiu com uma obra que funciona como um notável subsídio em estudos (históricos) de ampla dimensão.

¹⁹ Vidé «*O Encoberto*» nos *Jerónimos*, Lisboa, 1972, p. 7.

Entre vários, realçamos o *Encontro com as raízes*, onde refere as origens da família Curvello e do seu apelido cuja permanência nos Açores remonta ao século XV, na linha da política de povoamento e desenvolvimento económico levada a cabo pelo Navegador.

Ainda notável são *Os Botelhos de Nossa Senhora da Vida*, apelido que remonta à baixa Idade Média. O processo de elaboração seguido foi o da narração, com remissões de partes, capítulos e parágrafos, constituindo títulos, de ordinário, um para cada apelido. É uma memória genealógica, descendo ao pormenor que caracteriza obras deste tipo.

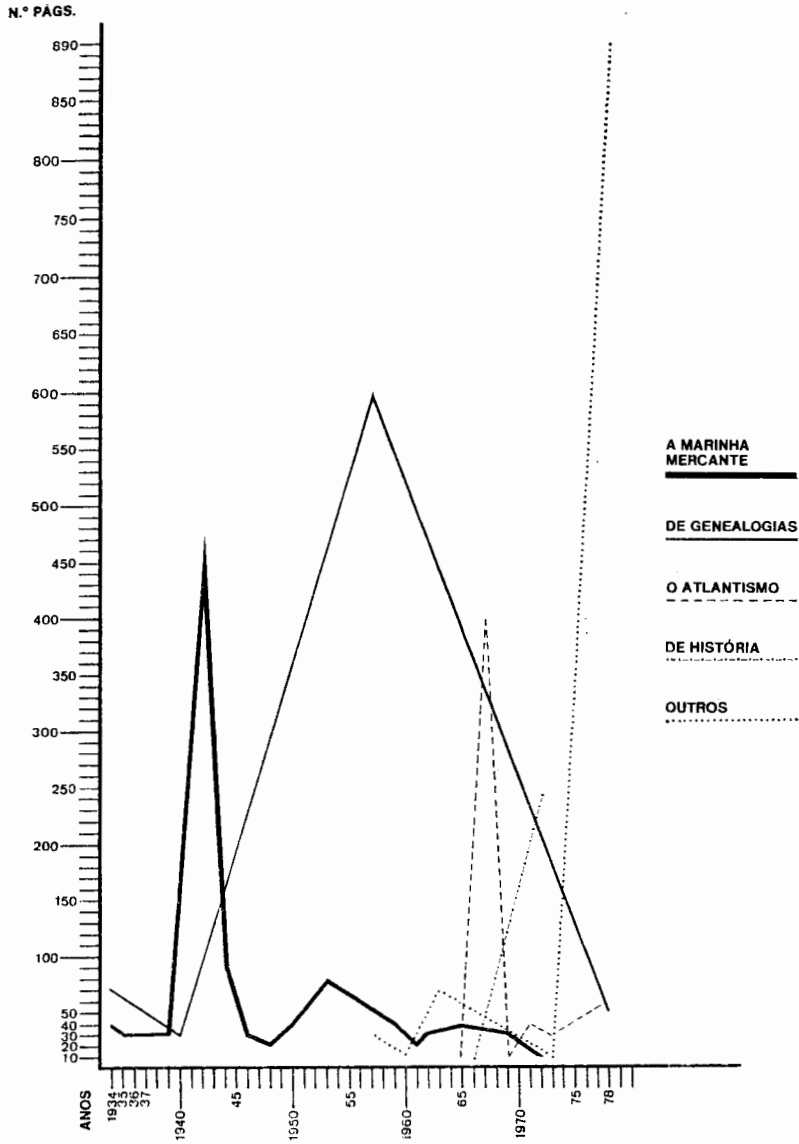
Os anos de mais aturado trabalho foram 1942, 1957, 1968, 1972 e 1978, como poderemos verificar pelo gráfico 2. Deixou em cada década uma importante obra; a cada uma corresponde uma das suas principais áreas temáticas que fez representar com espíritos crítico e didáctico notórios: *O transporte marítimo: contratos de transporte e de seguros marítimos*, com 464 pp., *Os Botelhos de Nossa Senhora da Vida*, com 585 pp., *Conceitos de Política Atlântica*, com 394 pp. O ano de 1972 foi o da História, com um total de 239 pp. impressas e cujo estudo mais significativo foi, sem dúvida, «*O Encoberto*» nos *Jerónimos*. Encerrou a sua actividade em 1978, com a maior de todas — as suas memórias políticas: *Um Açoriano no Mundo*, em 2 vols., com 984 pp., contando a todos o que foi a sua vida privada e pública, profissional e política, de aluno e de mestre.

*

Mas a sua actividade literária não ficou por aqui. A título póstumo, serão oportunamente publicados *A Vida e o Mundo nas Crónicas do Visconde do Botelho*, *Páginas Ultrapassadas* ou *Um ensaio de Política Atlântica* e *O meu avô Simplicio* ou *A Vida de Simplicio Gago*.

A livraria que legou em testamento à nossa Instituição reflecte o gosto pela cultura em geral e, muito especialmente,

O VISCONDE DO BOTELHO E A SUA OBRA



Gráf. 2: Volume das obras por temas.

pelos temas que tratou, numa perfeita e constante actualização de conhecimentos ²⁰.

A par, foi entregue, por idêntica disposição do Autor, o seu Arquivo à Biblioteca Nacional de Lisboa. Preciosa arca que é, servirá, a quantos a abrirem e sondarem, de válido contributo para a feitura de meio século de História.

5. Lemos, pois, textos que se espraíam em considerações técnicas, mas nem por isso desprovidos de uma linguagem clara e perfeita. Passos onde o historial da política interna e externa do nosso país se vê, por vezes, interrompido por curiosas narrações episódicas que aliviam o leitor das sucessivas e inúmeras páginas sobre o mesmo assunto. Nem por isso se quebra o seu entendimento. O diálogo alia-se ao realismo, a poesia ao jocoso.

Desenvolve a acção, desdobrando-a em lances inesperados mas lógicos. Entremeia os acontecimentos com narrações plenas de cor local, notáveis pela descrição pitoresca de zonas geográficas e pelo desenho psicológico e externo das personagens. Nela há um carregamento de elementos políticos de primeira ordem. Vêm-se alguns, a cada passo, envolvidos em lances teatrais ou, então, friamente paralizados pela política que se impunha. Outros figuram como que irremediavelmente perdidos.

Partes há que mais poderão parecer-nos de uma Crónica. A grande maioria, porém, segue uma extraordinária fidelidade histórica que aflora à tona de toda a obra, principalmente, no que respeita à vida pública que o Visconde confessa conhecer na perfeição.

²⁰ Entre obras impressas, manuscritas e em duplicado e periódicos, conta a Biblioteca Visconde do Botelho com 11.686 volumes, não incluindo neste conjunto os 444 volumes de Diários da República.

Neste afã de trabalho, o historiador só ocasionalmente foi manietado pelo poeta. Fantasias que teve, parecendo esquecer a índole humana num país que não evoluía e numa época das mais controversas. Diríamos que estas narrações de «guerra» só poderiam ter sido escritas por um antigo «soldado».

A P Ê N D I C E

OBRAS DO AUTOR

«O problema da marinha mercante nacional», artigos publicados no *Jornal do Comércio e das Colónias*, Lisboa, *Jornal do Comércio e das Colónias*, 1934, 35 pp., 20 cm. B.

Subsídios para a história da família de Gago da Câmara, Lisboa, s. n.º, 1934, 63 pp., 24 cm. E.

«Duas aplicações das formas de querena yourkevitch: os barcos de passageiros «Flecha» e «Zagaia» e o ferry-boat «Almadense» construídos em estaleiros nacionais», in *Revista da Associação dos Engenheiros Cívicos Portugueses*, Lisboa, 721, s. mês, 1935, pp. 1-16, il., gráf., 26 cm. B. Sep.

«A evolução dos transportes marítimos e a sua influência na economia nacional», in *Boletim da Associação Central da Agricultura Portuguesa*, Lisboa, s. n.º, s. mês, 1935, pp. 2-23, 24 cm. B. Separata.

O problema da marinha mercante, Lisboa, Oficina Gráfica, 1939, 32 pp., il., gráf., tab., 24 cm. B.

«Feitos do Capitão Ruy Gago da Câmara e de seus primos Capitão Pedro Gago da Câmara e Capitão de Mar e Guerra Inácio Gago da Câmara combatentes nas guerras da Restauração de Portugal relatados pelo Visconde do Botelho (oitavo neto de Ruy Gago da Câmara)», in *A Nobreza na Restauração de Portugal: documentação inédita de seus feitos*, vol. I, Lisboa, s. n.º, 1940, pp. 189-221, il., 33 cm. B.

O transporte marítimo: contratos de transporte e de seguros marítimos, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1942, 464 pp., il., gráf., tab., 24 cm. E.

Esboço de uma solução do problema da nossa marinha mercante e as ligações marítimas e aéreas entre os Açores e o Continente e inter-insulares, Lisboa, Sociedade Industrial de Tipografia, 1944, 83 pp., 24 cm. B.

«Perspectivas marítimas açorianas», in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, 64 (3/4), Mar.-Abr., 1946, pp. 80-86, 25 cm. B.

- «A amortização do navio», in *Boletim da Junta Nacional da Marinha Mercante*, Lisboa, s. n.º, 3 Set., 1946, pp. 21-38, 24 cm. B.
- «Como se deve encomendar um navio de carga», *ibid.*, Lisboa, s. n.º, s. mês, 1947, pp. 19-43, 23 cm. E. Separata.
- «Contratos de construção», *ibid.*, Lisboa, s. n.º, s. mês, 1948, pp. 1-22, 23 cm. E. Separata.
- «Compra e venda de navios usados», *ibid.*, Lisboa, s. n.º, s. mês, 1949, pp. 1-16, 23 cm. E. Separata.
- «Portos Marítimos», *ibid.*, Lisboa, 11 Maio 1949, pp. 23-38, 24 cm. B.
- «Reparações navais», in *Anuário do Grémio dos Seguradores*, Lisboa, 1, s. mês, 1950, pp. 91-123, /1/, tab., 23 cm. E.
- Perspectivas marítimas portuguesas*, Lisboa, Tip. Empresa Nacional de Publicidade, 1953, 77 pp., 25 cm. E.
- Os Botelhos de Nossa Senhora da Vida*, Lisboa, Ed. do Autor, 1957, 585, /71/ pp., il., 30 cm. E.
- Eu e a Sacor*, Lisboa, Ramos, Afonso e Mota, 1957, 22 pp., 26 cm. B.
- 4 teses do II Congresso Nacional da Marinha Mercante: 1959* (Novas perspectivas marítimas portuguesas? Alguns aspectos fiscais e financeiros das empresas de navegação. Protecção estadual às linhas regulares. Uma academia de marinha), Lisboa, s. n.º, 1959, 35 pp., 24 cm. E. Sep. II Congresso Nacional da Marinha Mercante, pp. 53-56.
- Uma data: a minha mulher*, Junqueira, s. n.º, 1960, 11 pp., 28 cm. B. Dact.
- Prefácio a «Problemas de exploração portuária», in *Boletim da Junta Nacional da Marinha Mercante*, Lisboa, 44, s. mês, 1961, pp. III-XVIII, 23 cm. E. Separata.
- Companhia de Navegação «Carregadores Açorianos»* (Exposição apresentada à Assembleia Geral), Ponta Delgada, s. n.º, 1962, 24 pp., tab., 24 cm. E.
- Palestra com os portugueses da América*, Providence, s. n.º, 1963, 62 pp., 23 cm. E.

Quo Vadis Occidente?, Lisboa, Ofic. Gráf. da Papelaria Fernandes, 1965, 9 pp., 24 cm. E.

Rumo a vante (Comunicação feita, em nome do Conselho de Administração, à Assembleia Geral Ordinária da Companhia de Navegação Carregadores Açorianos), Ponta Delgada, Ofic. Tip. do Diário dos Açores, 1965, 39 pp., 24 cm. E.

«Comunicações marítimas com os agregados portugueses do hemisfério ocidental», in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, 84 (7/9), Jul.-Set., 1966, pp. 359-371, 24 cm. E. Separata.

Conceitos de polícia atlântica, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1968, 394, /10/ pp., il., 22 cm. B.

Desafio na marinha do comércio. Política dos transportes marítimos, Lisboa, Gráfica Santelmo, 1969, 21 pp., 23 cm. E.

Economic exploitation of the Atlantic Ocean, s. l., s. n.º, 1969, 11 pp., mapas, 28 cm. E.

«Marinha Mercante Mundial: breve noticiário», in *Neptuno* (Revista da Marinha Mercante Nacional), Lisboa, 44 (214), Out.-Dez., 1969, pp. 39-45, 27 cm. E.

«Le denominatuer commun», in *Le monde Atlantique*, s. l., s. n.º, s. mês, 1971, pp. 1-4, 30 cm. E.

The Indian Ocean in the limelight, Lisboa, Gráfica Santelmo, 1971, 11 pp., 25 cm. B.

«Temas do Tratado do Atlântico Norte: o traço de união», in *Revista Militar*, Lisboa, s. n.º, s. mês, 1971, pp. 629-642, 23 cm. E. Separata.

«O Índico sob as luzes da ribalta», *ibid.*, Lisboa, 7 Jul. 1971, pp. 1-23, /1/, mapas, 24 cm. E. Separata.

Asas portuguesas em demanda do Cruzeiro do Sul, Ponta Delgada, Instituto Cultural, 1972, 105 pp., il., 26 cm. B.

«O Encoberto» nos Jerónimos (Comunicação apresentada ao Centro de Estudos de Marinha em 10 de Fevereiro de 1971), Lisboa, Centro de Estudos de Marinha, 1972, 17 pp. 24 cm. E.

O VISCONDE DO BOTELHO E A SUA OBRA

«O Encoberto» nos Jerónimos, Lisboa, Centro de Estudos de Marinha, 1972, 117 pp., il., 27 cm. B.

Nato and the Indian Ocean (Conference on Economic and political development in relation to seapower along the routes from the Indian Ocean). New York, National Itategy Information Center, 1972, 29 pp., 21 cm. E. Separata.

«Reparação Naval: uma nova vocação portuguesa», in *Boletim da Junta Nacional da Marinha Mercante*, Lisboa, 80, s. mês, 1972, pp. 1-10, 30 cm. E.

José Rodrigues expõe paisagens da ilha de S. Miguel, Ponta Delgada, Secção de Arte, Museu Carlos Machado, 1973, 7 pp., il., 24 cm. E.

«Os Lusíadas» e o Pacto do Atlântico (comunicação apresentada ao Centro de Estudos de Marinha em 7 de Julho de 1972), Lisboa, Centro de Estudos de Marinha, 1963, 27 pp., 23 cm. E.

«A Rota do Cabo e o Pacto do Atlântico», in *Boletim da Junta Nacional da Marinha Mercante*, Lisboa, 82, s. mês, 1973, pp. 1-15, 30 cm., E. Sep.

Um Açoriano no Mundo, 2 vols., Ponta Delgada, Liv. Mondis, 1977-1978, 894 pp., il., 22 cm. B.

Encontro com as raízes: origens da família Curvello e do seu apelido, Lisboa, s. n.º, 1978, 44/11/pp., il., 23 cm. B.

O mar patrimonial dos Açores, Ponta Delgada, Liv. Mondis, 1978, 59 pp., 22 cm. B.

La route du Cap, s. l., s. n.º, s. d., 6 pp., 30 cm. E.

NO PRELO:

A vida e o mundo nas crónicas do Visconde do Botelho.
Páginas Ultrapassadas ou *Um Ensaio de Política Atlântica.*
O meu avô Simplicio ou *A vida de Simplicio Gago.*